



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O COLÉGIO DIOCESANO PIO XI: CONHECENDO UM COTIDIANO ESCOLAR SEXISTA NA DÉCADA DE 1950

¹ARRUDA, Lucileide Procópio de; ²BÉLENS, Jussara Natália Moreira; ³SOUSA, Flávia Thyanne Barbosa de; ¹BÉLENS, Jussara Natália Moreira

Universidade Estadual da Paraíba - UEPB; ¹lucileide.arruda@gmail.com; ²Jussarabelens@gmail.com; ³flaviathyanne@hotmail.com

RESUMO

Este artigo é fruto do Projeto de Iniciação Científica – PIBIC, denominado de “*Memórias e Narrativas: As subjetividades de gênero no cotidiano escolar do Colégio Diocesano PIO XI em Campina Grande – PB*”, desenvolvido de agosto de 2014 à agosto de 2015, sob a orientação da professora doutora Jussara Natália Moreira Bélen da Universidade Estadual da Paraíba. E tem como objetivo principal revelar o cotidiano escolar sexista praticado nos anos de 1950 no Colégio Diocesano Pio XI. Estabelecimento criado em 1931 pela igreja católica, organizado pelos vieses dessa instituição religiosa em um momento histórico que se processava no Brasil a laicização do ensino. Todavia, o nosso problema se tece em função de que até o ano de 1950, o Colégio PIO XI atendia apenas a jovens rapazes, passando, a partir desta década, a ser escola mista. Configurando-se, assim, como respeitável escola de formação do primeiro e segundo graus (primário, ginásial, clássico e científico) para jovens rapazes e moças campinenses e de cidades circunvizinhas, passando também a admitir educadoras entre o seu corpo docente, uma vez que, até aquele momento, apenas professores lecionavam, com isso buscamos conhecer como ocorrera esta convivência entre os gêneros neste ambiente e nesta configuração histórica por meio dos processos de normatização do ensino. Para isso trabalhamos teórico-metodologicamente com a análise de fontes bibliográficas com Guacira Louro (2013), Justino Magalhães (2004) e outros teóricos das temáticas de gênero e de Instituições escolares, assim como pela análise documental dos registros escolares da década de 1950 da referida instituição de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Cotidiano Escolar, Gênero, Sexismo.



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto do Projeto de Iniciação Científica – PIBIC, denominado de “*Memórias e Narrativas: As subjetividades de gênero no cotidiano escolar do Colégio Diocesano PIO XI em Campina Grande – PB*”, desenvolvido de agosto de 2014 à agosto de 2015, sob a orientação da professora doutora Jussara Natália Moreira Bérens da Universidade Estadual da Paraíba. E tem como objetivo principal revelar o cotidiano escolar sexista praticado nos anos de 1950 no Colégio Diocesano Pio XI. Um estabelecimento de ensino criado em 1931 pela igreja católica, organizado pelos vieses dessa instituição religiosa em um momento histórico que se processava no Brasil a laicização do ensino.

O problema se tece em função de que até a década ano de 1950, o Colégio PIO XI atendia apenas a jovens rapazes, passando, a partir desta década, a ser escola mista. Configurando-se, assim, como respeitável escola de formação do primeiro e segundo graus (primário, ginásial, clássico e científico) para jovens rapazes e moças campinenses e de cidades circunvizinhas, passando também a admitir educadoras entre o seu corpo docente, uma vez que, até aquele momento, apenas professores lecionavam.

Logo, buscamos mostrar que apesar do Colégio PIO XI, na década de 1950, haver inovado, implementando educação mista, aonde moças e rapazes puderam estudar nas mesmas salas de aula e nos mesmos turnos, ocorria no cotidiano escolar histórias sexistas nos meandros desta instituição de ensino.

Nesse sentido, nos pautamos teoricamente a partir dos estudos sobre as relações de gênero e educação nas concepções Guacira Louro (2010) e Montenegro (2002) e pela análise dos arquivos escolares um trabalho de pesquisa que procura contribuir para o registro da história de escolas extintas que participaram do processo de modernidade de Campina Grande-PB, nos anos de 1950, período histórico que assumiu diferentes configurações



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

econômicas, políticas, culturais e sociais, em que as mulheres passaram a ocupar espaços educacionais, até então restritos ao masculino.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi atravessada teórico-metodologicamente pela análise de fontes bibliográficas e documentais, sendo estas últimas correspondentes aos registros de matrícula de todos/as os/as alunos/as do Colégio Diocesano Pio XI que estudaram na referida instituição de ensino durante a década de 1950. Assim como os registros de funcionários/as incluindo os professores e professoras; Atas de promoção; Atas de exame de admissão; livros de ponto de presença dos docentes e entre outras documentações escolares, que foram digitalizadas do período decorrente de 01 de outubro á 17 de dezembro de 2014.

De acordo com Décio Gatti Junior (2002), os arquivos das escolas são de fundamental importância numa pesquisa, uma vez que, por intermédio deles que podemos responder a inúmeras dúvidas a respeito da história das próprias escolas. Logo, o autor afirma que:

[...] seja na formulação de interpretações ou análises que dêem conta do presente ou do passado, as escolas apresentam-se como locais que portam um arsenal de fontes e de informações fundamentais para a formulação de interpretações sobre elas próprias, e, sobretudo, sobre a história da educação brasileira [...] (GATTI JUNIOR, 2002, p. 04).

Documentações que aliadas ao aporte teórico de Louro (2010), Montenegro (2002) e outros nos possibilitaram conhecer as práticas escolares de gênero, regimentadas neste ambiente de formação, inserido no processo de modernização ao qual passava a cidade de Campina Grande – PB.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



A nossa pesquisa historiográfica que se atreveu investigar as relações de gênero no cotidiano escolar permeou entre os mínimos detalhes de uma escarça documentação, exposta á inúmeras situações de desrespeito para com a história dessa instituição educativa privada e de cunho religioso criada em 07 de abril de 1931¹, pelo vigário José Medeiros Delgado na Cidade de Campina Grande - PB, que chegou a ser equiparada na década de 1930 ao Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, que por sua vez, tinha seu currículo como referência aos demais centros educativos do Brasil.

Mesmo assim, a partir desta documentação foi possível estabelecer diálogos estreitos com os estudos da autora Guacira Lopes Louro (2013), assim como com Rosilene Montenegro (2012), e outros pesquisadores, já que traçamos paralelos que interpelam pela modernidade ao qual a cidade de Campina Grande na Paraíba na década de 1950 buscava se adequar e pelas pedagogias da sexualidade que o colégio Diocesano Pio XI objetivava subjetivar.

Foi nessa configuração histórica de 1950 com as mudanças nos projetos educacionais em nível nacional e local, momento em que o Colégio Diocesano PIO XI passou a atender moças, tornando-se referência educacional no cenário de Campina Grande, quando muitas escolas privadas religiosas desta cidade, ainda atendiam apenas ao público masculino.

No plano nacional essas novas políticas educacionais com vistas ao desenvolvimento econômico, almejado pelo Estado militar, que passava a investir na educação como estratégia para o projeto de crescimento econômico que enxergamos as oportunidades femininas florescendo, pois como evidencia Montenegro (2002), a década de 1950 tornara-se um momento de grandes mudanças em relação à participação das mulheres em diferentes lugares sociais, até então, restritos aos homens.

Mas a nossa pergunta é: Como estas mulheres estavam ocupando estes espaços? Deste modo, ao longo desta busca, os nossos vestígios nos levaram a perceber interpeladas pelos estudos de Lima (2013), acerca da modernidade de Campina Grande através da educação, que o processo de modernização ao qual passara esta cidade não atingira á fundo o arcabouço dos

¹Informações obtidas no site Retalhos históricos de Campina Grande: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2011/08/memoria-educacional-o-pio-xi.html#.VOX0uJhcVup> acessado em 19 de fevereiro de 2015.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

valores socioculturais que definiam lugares e funções dos homens e das mulheres daquela sociedade. Haja vista que encontramos não uma escola mista, mas sim um educandário de segregações sexistas, gêneros divididos pelo espaço, horário, pela aprendizagem, pelas atividades enfim pelo sexo.

A pouca documentação preservada revelava uma educação dicotômica distribuída em curso feminino e curso masculino. Enquanto o primeiro possuía uma pedagogia doméstica com atenção voltada as disciplinas de “Trabalhos manuais”, “Economia Domestica”, “Desenho” e “Canto Orfeônico”, este ultimo, voltava suas atenções para as disciplinas da área de exatas, sendo por isso reservado até mesmo um curso técnico de contabilidade desde a década de 1930 como revela Gaudêncio (2011):

A característica predominante das mudanças dos ensinamentos das antigas escolas do início do século, para as novas escolas nascentes no início da década de 1930 foi à adequação do ensino profissionalizante e comercial em seus currículos. Tanto o Pio XI como o Alfredo Dantas se notabilizaram durante algumas décadas pela criação de cursos de contabilidade e outros cursos técnicos. Essa opção se adequou a um modelo criado no governo de Getúlio Vargas, preocupado com um ensino mais pragmático (GAUDÊNCIO, 2011, p. 09).

Todavia, este curso profissionalizante ao qual o autor cita e que também fora constatado nas documentações pesquisadas, encontrava-se como uma exclusividade de direito masculino, já que o curso funcionava no turno noturno, e segundo o regimento interno de 1950 do Pio XI a matrícula neste turno só era permitida com a comprovação de idade mínima de 14 anos; morar em localidade onde não dispunha o curso desejado; e provar que exerce “atividade remunerada ou de impedimento comprovado de não poder frequentar curso diurno²”. Ou seja, uma série de barreiras foram elaboradas institucionalmente para dificultar a presença feminina neste ambiente noturno e propicio a desvirtuamentos de moral e/ou condutas.

Mas, é no quadro de matrículas do ano de 1950, que identificamos nitidamente que as mulheres além de serem em menor número que o público masculino em sala de aula, estas ainda encontravam-se alocadas em séries inferiores, não tendo nenhuma matriculada no curso

² Regimento interno, p. 14.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

técnico, como é possível ver no quadro abaixo que representa em números essa disparidade entre os gêneros no quadro de matrículas encontrado:

	1º CICLO			2º CICLO						OUTROS CURSOS MANTIDOS						
				CURSO CLASSICO			CURSO CIENTIFICO			PRIMÁRIO			TÉCNICO			
	MA SC.	FE M.	TOT AL	MA SC.	FE M.	TOT AL	MA SC.	FE M.	TOT AL	MA SC.	FE M.	TOT AL	MA SC.	FE M.	TOT AL	
TURNNO DIURNO	1º serie	83	61	144							58	35	93			
	2º serie	61	-	61							45	14	59			
	3º serie	44	-	44							61	16	77			
	4º serie	19	-	19	X	X	X	X	X	X	52	15	67			
		X	X	X	X	X	X	X	X	X						
	Total	207	61	268							216	80	296			
TURNNO NOTURNO	1º série	50	-	50	5	-	5	20	-	20						
	2º série	48	-	48	6	-	6	12	-	12				15	-	15
	3º série	48	-	48	10	-	10	11	-	11				9	-	9
	4º série	15	-	15	X	X	X	X	X	X						
	Admissão	X	X	X	X	X	X	X	X	X	29	-	29			
	Total	368	61	429	21	-	21	43	-	43	245	80	325	24	-	24

Observe: MASC.: masculino / FEM.: feminino

No quadro apresentado acima se vê como o público estudantil do sexo feminino é participante de um grau de instrução muito inferior ao masculino, não sendo preparadas para o mercado de trabalho como já vinha ocorrendo em outras partes do país, atendendo ao projeto desenvolvimentista do Estado Militar. A elas destinava-se apenas a instrução básica (ler, escrever e a matemática básica).



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Isso ocorre porque a educação instituída e institucionalizada como tal se faz em um tempo, espaço e ação, o projeto educativo necessita de estruturas que lhe proporcione uma instância de enquadramento, orientação e superação de resistências, e é justamente esse o processo que as instituições escolares fazem.

Quando pensamos a instituição escolar e as relações de gênero advindas da mesma em um processo histórico vemos que ela se desenvolve em múltiplas fases, “culminando no momento em que a realidade educativa deixa de ser pensada na ausência do marco escolar e em que a estrutura escolar apresenta uma internalidade complexa e identitária” (MAGALHÃES, 2004, p. 39). Ou seja, a formação do sujeito se dá a partir da integração, normatização e responsabilização das novas gerações para com a manutenção da cultura e da história da civilização, contudo a formação também é subjetivação, apropriação/desapropriação, resistências e adesão, sendo assim é correto afirmar que a escolarização é um processo de domínios ideológicos, cultural e afetivo, em que o desdobramento das práticas sociais vão construindo subjetividades e identidades.

Tão logo, percebendo esta manutenção da cultura que passamos a procurar pelas formas de existência ou de exercício da prática docente pelas professoras do Colégio Diocesano PIO XI, e neste caminho nos deparamos com uma realidade já debatida por Louro (2010), que se refere a profissão do magistério para as mulheres como um curso de espera marido, pois, mesmo que se tratasse de uma extensão da vida doméstica, ou mesmo da maternidade, onde os alunos deveriam ser os filhos espirituais de cada professora, de forma a mostrar a docência como um ato de amor e doação, o trabalho fora de casa mostrava-se como um perigo ao bom andamento do casamento, já que cuidar da casa, marido e filhos necessitava de atenção redobrada e subentendia-se que a boa esposa não poderia se privar de suas “obrigações” domésticas em função daquelas que não seriam obrigação mais sim uma ocupação temporária.

Todavia, ser professora era para a época uma das poucas profissões femininas à qual havia uma formação profissionalizante em virtude dos cursos para normalistas existentes na



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

cidade de Campina Grande, pondo em vista que os cursos na área de exatas ainda era entendido como uma área masculina pelo fato do sexo feminino “não” possuir habilidades com os números, logo, o curso de normalista era visto como a instrução mais alta a qual uma mulher poderia chegar.

Tão logo, levando em consideração a tese de Louro (2010) ao posicionar o magistério como uma profissão de espera marido, que percebemos através do Livro de registro de contratação dos funcionários/as de toda a década de 1950, que este mesmo posicionamento cabe ao nosso estudo, uma vez que, identificamos que a estadia de quinze professoras pelo PIO XI fora de um período muito curto, exceto de uma, esta por sua vez, era a única deste grupo a ter seu estado civil como casada, enquanto que as outras professoras que possuíam uma fagetária de idade entre os 19 à 23 anos declaravam seu estado civil como solteira, assim como moravam com os pais e trabalharam na referida instituição por pouco tempo, uma média de um à três anos, o que nos levou a supor que este período de tempo teria sido “o espera marido”, sendo os seus afastamentos do colégio motivados pela chegada do casamento.

Entretanto, percebemos na única docente casada um sinal da resistência feminina aquela cultura que segregava o espaço feminino à vida no lar. Resistência que se estabeleceu dentro dos padrões culturais aceitáveis para a época estudada, tendo em vista que o trabalho exercido por estas mulheres no Colégio PIO XI destinavam-se principalmente as disciplinas da realidade feminina comum para época, ou seja, Português, Trabalhos Manuais, Canto Orfeônico, Economia Doméstica e outras disciplinas construídas socioculturalmente como femininas.

Desta forma, é nítido o papel que o colégio Diocesano Pio XI exerceu sobre a formação das identidades sexuais e de gênero, pois amparadas por Louro (2013) entendemos que fora neste cotidiano escolar que os corpos de alunos/as, professores/ras foram o alvo principal de doutrinação e diferenciação entre os sexos a partir do momento em que foram separados fisicamente e profissionalmente por espaços e funções distintas que visava adequar



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

estes corpos aos critérios estéticos e morais da sociedade campinense, na década de 1950.

Visto isso destacamos o trecho em que Louro subscreve:

Através de muitos processos, de cuidados físicos, exercícios, roupas, aromas, adornos, inscrevemos nos corpos marcas de identidades e, conseqüentemente, de diferenciação. Treinamos nossos sentidos para perceber e decodificar essas marcas e aprendemos a classificar os sujeitos pelas formas como eles se apresentam corporalmente, pelos comportamentos e gestos que empregam várias formas com que se expressam. (LOURO, 2013, p. 15).

Logo, é propício afirmar que as instituições escolares trabalham enquanto instâncias para o funcionamento e a funcionalidade da sociedade, já que como destaca Louro (2013, p. 15-16), esta sociedade “define, separa e, de formas sutis ou violentas, também distingue e discrimina”, por isso, tanto nos chamou à atenção a tentativa de compreender as relações de gênero que eram experiencializadas no cerne dessas “máquinas” institucionais, além de ponderar o sentido que era pretendido dar à educação e (in)formação desses/as jovens e como isso era implementado e apropriado tanto pela instituição escolar como pelos sujeitos participes deste processo.

CONCLUSÃO

Neste artigo é fruto dos resultados do Projeto de Iniciação Científica – PIBIC “*Memórias e Narrativas: As subjetividades de gênero no cotidiano escolar do Colégio Diocesano PIO XI em Campina Grande – PB*”, no presente trabalho buscamos revelar como se teceu o cotidiano escolar sexista da referida instituição de ensino na década de 1950 a partir da documentação escolar existente no arquivo de escolas extintas da Terceira Região de Ensino de Campina Grande-PB.

Durante esta caminhada descobrimos diversos fatos que nos fizeram enxergar nas entrelinhas da documentação um cotidiano sexista presente nos corpos, espaços, conteúdos e



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

legislação deste ambiente escolar, que defendendo os direitos daquela sociedade campinense separou, diferenciou, discriminou e excluiu o público feminino de grande parte dos bens feitorias os quais o colégio poderia oferecer, mas que estava restrita ao sexo masculino, atuando deste modo na constituição das identidades sexuais e de gênero do seu público estudantil e profissional.

Portanto, esta pesquisa se torna importante no que cerne a diminuição da invisibilidade, que ainda recebem os estudos de gênero nas e sobre as instituições educativas, principalmente no Estado da Paraíba, estudo que contribui com a história da educação da cidade de Campina Grande, na década de 1950, revelando um passado cultural patriarcal que influenciou e influencia diretamente a sociedade atual em suas relações entre os gêneros em suas divisões e discriminações sociais calçadas nos processos de normatização.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Adriano; SOUZA, Emmanuel. **Memória Educacional: O Pio XI**. Disponível em: <<http://cgretalhos.blogspot.com.br/2011/08/memoria-educacional-o-pio-xi.html#.VOX0uJhcVup>> Acessado em 20 de fevereiro de 2015.

GAUDÊNCIO, Bruno Rafael de Albuquerque. **Memórias escolares em Campina Grande (1907-1957)**. Disponível em: <http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2011%20-%20Bruno%20Rafael%20de%20Albuquerque%20Gaud%C3%AAnccio%20TB.PDF> Acessado em 20 de fevereiro de 2015.

GATTI, Décio.J: A história das instituições educacionais. **Novos temas em História da Educação Brasileira**. (orgs) José Carlos Souza Araújo & Décio Gatti Junior. Campinas – SP:Autores Associados; Uberlândia – MG EDUF, 2002.



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (org); PINSKY, Carla Bassanezi. **História das Mulheres no Brasil**. 9 ed. 2º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010. (p.443-481)

_____. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. (p.07- 34).

LIMA, Leonora Cavalcanti de. **Práticas e saberes disciplinares em Campina Grande – Paraíba (1900-1930)**. Disponível em: <
http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364675786_ARQUIVO_PRATICASESABERESDISCIPLINARESEMPCAMPINAGRANDE-PARAIBA_1900-1930_.pdf> Acessado em 20 de fevereiro de 2015.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: História das Instituições Educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MONTENEGRO, Rosilene Dias. Relações de Gênero na Escola Politécnica de Campina Grande (1952-1979). In: SILVA, Fábio Ronaldo da; MONTENEGRO, Rosilene Dias; SANTOS, Sandra Raquew dos. **Gênero e Identidades Sexuais, práticas e representações sexuais**. Campina Grande: EDUFCEG, 2012.